



# O aborto entre mulheres vivendo com HIV/Aids e o papel das políticas públicas

Bruna Hentges (bolsista PIBIC CNPQ-UFRGS), Daniela Knauth (orientadora)

## Introdução:

- Não há um consenso na literatura acerca do aborto induzido entre mulheres vivendo com HIV/Aids. Enquanto alguns estudos apontam a doença como um fator determinante para o término da gestação, outros mostram que esta prática já era frequente mesmo antes do diagnóstico.

## Objetivos:

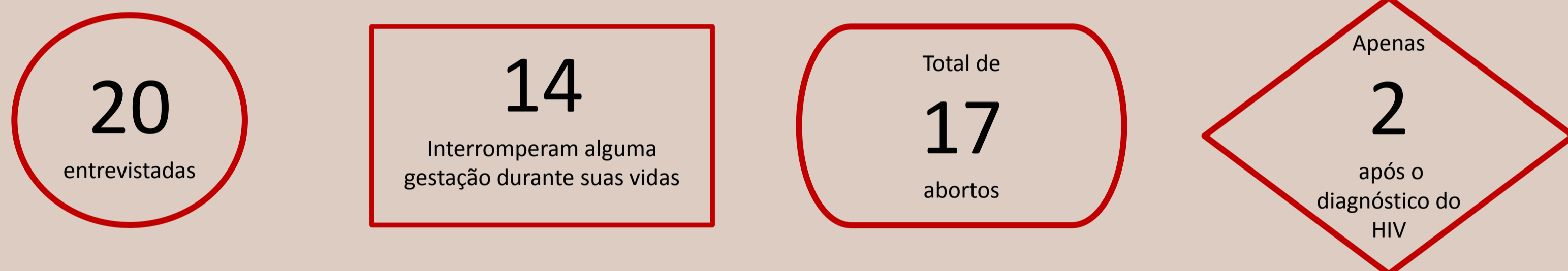
- Entender fatores que concorrem para a decisão das mulheres que vivem com HIV/Aids de interromperem uma gestação, e a relação entre estas decisões e as políticas públicas voltadas para a prática de aborto.

## Metodologia:

- Os dados analisados partiram de uma pesquisa qualitativa realizada com mulheres vivendo com HIV/Aids, atendidas em serviços públicos especializados em HIV/Aids em Porto Alegre e que relataram terem vivido situações de violência ou abortos. Foram realizadas 20 entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas e transcritas na íntegra.

## Resultados:

- A partir das entrevistas é possível verificar a preponderância da interrupção das gestações antes do diagnóstico de HIV.



### Principais razões para o aborto:

- Companheiro ausente
- Condições financeiras
- Futuro profissional
- Questões religiosas
- Violência Sexual

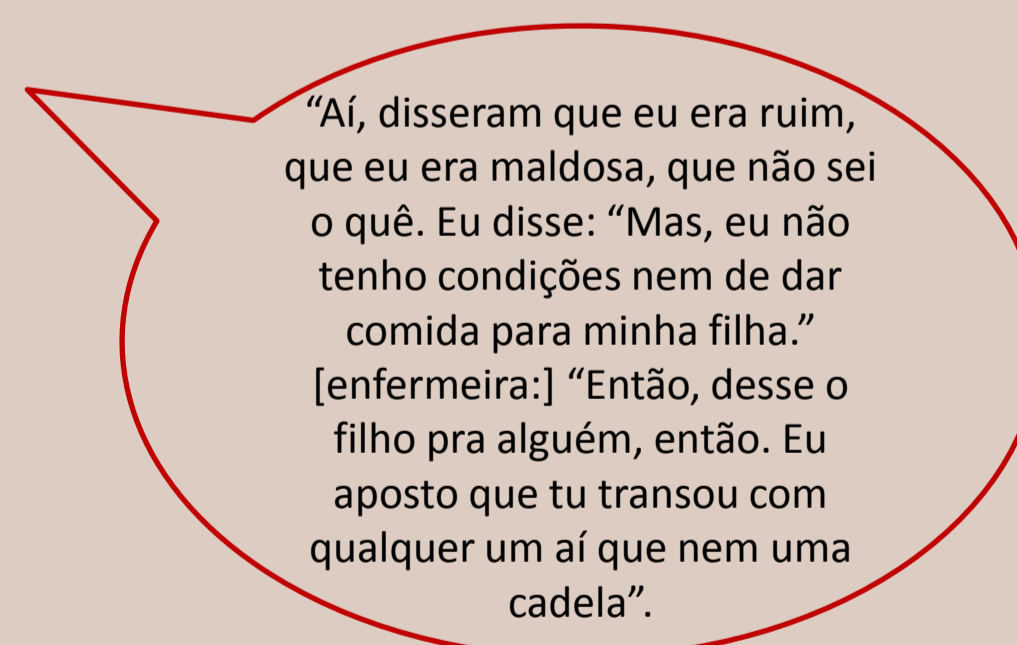
### Modo:

- 7 em clínicas clandestinas → 2 complicações
  - 6 com uso de Citotec
  - 1 com parteira
  - 1 com bucha vegetal
  - 1 com chá de “estrelinha”
- 6 complicações

\*1 não relatado

### Há relatos de:

- Maus tratos em hospitais
- Dores extremas
- Medo da punição da justiça



### Conclusão:

- Percebe-se que o HIV não foi a razão principal para a prática de aborto, muitos deles tendo ocorrido antes do diagnóstico.
- É notável que a restrição ao aborto legalizado não contempla a necessidade das mulheres, uma vez que estas recorrem ao aborto por práticas ilegais que muitas vezes põem em risco suas vidas.
- Esta restrição também aumenta a desigualdade social, por privilegiar mulheres que possuem condições financeiras para pagar por um aborto em um clínica clandestina, as quais correm menos riscos de complicações posteriores.
- Mesmo quando a mulher passa por situações contempladas pelo Decreto de Lei 2848/40, o qual não pode a prática de aborto para mulheres que tenham sofrido abuso sexual, há uma descrença nas instituições.
- É evidente a necessidade de um maior debate acerca de políticas de planejamento familiar que contemplem tanto a prevenção do HIV quanto o desejo de não ter filhos por parte da mulher.